



RECIIS

Revista Eletrônica de Comunicação
Informação & Inovação em Saúde

[www.reciis.cict.fiocruz.br]

ISSN 1981-6278

Resenhas

La Gouvernance des Innovations Médicales

Virginie Tournay

Resenha - DOI: 10.3395/reciis.v2i1.162pt

Madel Therezinha Luz

Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
madelluz@superig.com.br

Marilena Cordeiro Dias Vilela Corrêa

Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
mcorrea@ism.com.br

O livro *Governança das Inovações biomédicas*, coletânea de artigos organizados por Virginie Tournay, e editado pela PUF em coleção dirigida por Lucien Sfez, apresenta aspectos inovadores no campo da literatura sociológica sobre o avanço atual da biomedicina em relação a procedimentos experimentais e inovações clínicas (e seu processo de padronização). A organizadora, que é também introdutora e autora de vários capítulos, adota como abordagem disciplinar as áreas de sociologia política, e de sociologia histórica na obra, em que pese a assumida contribuição de filósofos como Michel Foucault, Maurice Hauriou e (sobretudo) Gabriel Tarde. Partindo desta dupla abordagem teórica, a autora propõe uma leitura de “sociologia pragmática” dos processos de padronização, legitimação e duração sustentada no tempo, de inovações científicas contemporâneas, aplicada ao campo biomédico. A partir desta perspectiva, ao invés de considerar, de acordo com interpretações dominantes no campo sociológico relativas à pesquisa científica, à legitimação social de novos conceitos, ou o avanço de técnicas biomédicas como fruto da “vontade do Estado”, ou de interesses macro sociais (econômicos e políticos), em que a articulação da ciência com poderes econômicos e políticos fariam da descoberta de procedimentos e tecnologias inovadoras “matrizes cognitivas de políticas públicas” (Introdução, p. 33-35), a autora nos propõe uma visão teoricamente inovadora de conceber proces-



*Paris, Presses Universitaires de
France – PUF, 2007*

ISBN: 978-2130562627

tos sociais de construção e de legitimação duradoura do discurso e da prática científica, relativo à biomedicina. Visão seguida pelos outros autores da obra, e aplicável ao conjunto de saberes concernentes à vida.

Sua proposta sociológica “pragmática” nos convida a ver o processo de produção, padronização e legitimação social de descobertas decorrentes da pesquisa clínica ou básica como resultado – e proposição – históricos das ações de uma multiplicidade de atores, cujo leque de interesses e de capacidade de movimentação política é muito mais amplo que a conhecida macro relação dual Estado (através de políticas) *vs.* sociedade, ou ciência *vs.* sociedade, ou profissionais *vs.* usuários. Este amplo leque de interesses e de lógicas divergentes, muitas vezes conflitivas, se conjugam num movimento processual constante, cujo resultado, nem sempre previsível, leva à aceitação de tal ou qual procedimento e sua padronização. Deste modo, a categoria de *governança* é lançada para indicar que os regimes de produção de conhecimentos propriamente ditos na área biomédica não poderiam mais ser entendidos (ou analisados) a partir apenas de um ponto de vista epistemológico clássico, como algo oriundo da atividade exclusiva de cientistas e *experts*. Entender a produção de conhecimento demanda a reconstrução dos arranjos que estão na base daqueles regimes de saber, que chegam a incluir, contemporaneamente, o usuário, o paciente, o cidadão, o consumidor, as associações, entre outros atores (ex: as terapia de reposição hormonal e o coletivo de mulheres).

No percurso das mudanças na governança da inovação do campo biomédico, Vinck e Weiss (apresentação) apontam três dinâmicas da padronização das práticas e da pesquisa. A primeira se refere à própria “regulação da competência médica”, representada pela concessão de diplomas e autorização para o exercício da medicina, a partir do início do século XIX. Ela se centra no indivíduo médico e visa excluir aqueles qualificados de charlatães, dinâmica que proliferou ao longo da primeira metade do século XX, em sistemas de qualificação, na formação continuada, na certificação periódica de especialistas. No Brasil, por exemplo, várias sociedades de especialidade conferem diplomas e mantêm atividades de educação continuada, algumas vezes com a participação do Conselho Federal de Medicina (órgão máximo de normatização do exercício profissional no país). Essa dinâmica de padronização do especialista (ou da prática profissional individual) parece não ter limites, culminando, a partir dos anos 1970, com o estabelecimento de instâncias (do tipo Conferências de consenso terapêutico), que visam a estabelecer uma abordagem padronizada para casos que permanecem muito controversos (aplicação de testes genéticos de suscetibilidade de doenças, tratamentos muito complexos como o da aids etc.)

A esta primeira dinâmica de padronização da prática médica soma-se uma segunda, centrada na regulação da prática científica. A pesquisa clínica vai exigir um amplo processo de regulação que engloba não apenas instrumentos de medidas, equipamentos, como também critérios de julgamento padronizados. Essa forte homogeneização impulsionará o desenvolvimento de estudos

internacionais, os chamados estudos multicêntricos. Com o retorno da pesquisa clínica sobre a prática da medicina, alguns setores, como a cancerologia, tornam-se híbridos de pesquisa/ experimentação e clínica, passando os tratamentos a serem regulados por protocolos científicos padronizados, ditados pelos resultados das pesquisas (ou ensaios), muitas vezes ainda em curso. Do ponto de vista científico, os chamados ensaios clínicos randomizados tornaram-se o padrão ouro da pesquisa de novas substâncias terapêuticas, métodos diagnósticos e de tratamento, impondo-se como critério de prova mais eficaz para a prática da medicina.

A colonização da terapêutica pela pesquisa científica e por produtos tecnológicos em fase de teste comporta riscos importantes e, por isso, a prática médica tornou-se, também, um locus de dilemas e preocupações ditos bioéticos, que, por vezes, quando excessivamente agudos, demandam regulação mesmo no plano da lei.

A última e terceira dinâmica de padronização do campo biomédico relaciona-se a aquilo que os apresentadores do volume denominam *lógica das grandes organizações* (Winck e Weisz). Incluem-se aí: i) as associações profissionais médicas (como a *American Medical Association*, *American College of Surgeons*); ii) os administradores da saúde; iii) os responsáveis políticos pelo serviço público. Em resposta à dificuldade de administrar conflitos e diferenças fundamentais entre uma prática médica liberal, uma administração economicista da saúde, a lógica do serviço público (demanda por acesso aos cuidados de saúde), os *protocolos* e a *padronização*, sobretudo da medicina hospitalar, constituem instrumentos fundamentais de gerenciamento (ou governo) dos sistemas de saúde.

Os artigos deste livro, no seu conjunto, discutem as novas configurações de atores (formas de participação, articulação entre atores diferentes) na produção da “governança” das inovações tecnológicas e nos processos de incorporação pela prática médica (ou biomédica) de novos bens e serviços. Industriais, pesquisadores, clínicos, gerentes e, por vezes, associações de pacientes, movimentos sociais, se apresentam no processo de produção de novos conhecimentos e na regulação do uso em práticas de saúde de novas tecnologias geradas, participando das decisões políticas e técnicas. Para além de uma co-gestão das questões de saúde e dos diferenciais de poder neste gerenciamento, a categoria de *governança* indica a possibilidade de *redefinição* do problema propriamente dito, a partir do agir de uma rede heterogênea de atores, dotados de saberes (e poderes) diferenciados. Coloca em discussão o processo de objetivação do que seja saúde ou doença, face às inovações biomédicas. As questões postas pela categoria redefinem, por exemplo, os seguintes problemas: quais os dispositivos de governança em jogo na definição da predisposição genética? Por que e até que ponto medicalizar o envelhecimento? Como redefinir cirurgicamente a identidade sexual?

A obra de Virginie Tournay e cols. redefine, assim, substantivamente não apenas as questões do campo da legitimação biomédica, mas o próprio modo de colocá-las.

